

10º Encontro da Associação de Ciência Política Brasileira  
Ciência Política e a Política: Memória e Futuro  
Belo Horizonte  
30 de agosto a 2 de setembro de 2016

Área temática: Pensamento Político Brasileiro

**EM BUSCA DA SOCIEDADE CIVIL: REFORMA AGRÁRIA, ORGANIZAÇÃO DE  
COMUNIDADES E DEMOCRACIA NAS SOCIOLOGIAS DE T. LYNN SMITH E JOSÉ  
ARTHUR RIOS (1940 – 1950)**

Thiago da Costa Lopes (Bolsista CAPES)  
Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde  
Casa de Oswaldo Cruz (Fiocruz)

**Resumo:** O trabalho investiga, de um ângulo comparativo, a dimensão político-normativa inscrita nos modelos de sociologia aplicada desenvolvidos pelos sociólogos rurais Thomas Lynn Smith e José Arthur Rios nos anos 1940 e 1950. Suas propostas de intervenção, visando à modernização das estruturas sociais das zonas rurais brasileiras, foram gestadas em um momento em que o tema do desenvolvimento emerge com força no cenário global, e em que o Estado brasileiro busca implementar políticas de educação e saúde no interior do país. Argumenta-se que o conhecimento sociológico produzido por Smith e Rios, enfocando o problema da organização das comunidades rurais brasileiras tendo em vista a construção de formas cívicas de solidariedade social, põe-se em forte continuidade com o pensamento político-social brasileiro, dialogando sobretudo com as teses de Oliveira Vianna acerca do insolidarismo e do papel simplificador do latifúndio na estrutura social do país.

**Palavras-chave:** pensamento político-social brasileiro; reforma agrária; democracia.

## Introdução

Neste trabalho investigamos, de um ângulo comparativo, a dimensão político-normativa inscrita nos modelos de sociologia aplicada desenvolvidos pelos sociólogos T. Lynn Smith e José Arthur Rios nos anos 1940 e 1950 visando à modernização das estruturas sociais das zonas rurais brasileiras. Transitando por instituições científicas nacionais e estrangeiras, órgãos governamentais, agências multilaterais e diferentes círculos de cientistas sociais, técnicos, políticos e reformadores, Smith e Rios desenvolveram um amplo programa de reforma e engenharia social que resultou do encontro transnacional de distintas tradições de conhecimento, ligadas tanto à sociologia rural norte-americana quanto ao pensamento político-social brasileiro.

As propostas de intervenção social de T. Lynn Smith e José Arthur Rios se inserem no contexto das políticas de assistência técnica e desenvolvimento regional capitaneadas pelo Estados Unidos no pós-Segunda Guerra e nos anos da Guerra Fria, quando a ideia de *desenvolvimento* ganha força no imaginário social e político global. Partindo-se da noção de um destino histórico comum entre as diferentes regiões do mundo, a situação socioeconômica dos países periféricos foi definida como sintoma do atraso a ser vencido mediante a cooperação internacional (Escobar, 1996). No Brasil, a questão do desenvolvimento esteve associada à perspectiva de indução do crescimento econômico por meio de ações planejadas visando à construção de uma sociedade capitalista de tipo industrial (Bielschowsky, 1995). Em um processo de expansão da presença do poder público pelo território nacional, o Estado implementou políticas de desenvolvimento regional a partir de investimentos em infra-estrutura básica e exploração dos recursos naturais (Costa Lima, 2011). Neste contexto, no âmbito das Ciências Sociais, os termos “mudança social” e “resistências à mudança” se tornaram recorrentes nos debates travados em torno do papel a ser desempenhado por sociólogos e antropólogos nas atividades de planejamento e intervenção social (Maio & Lima, 2009).

Inicialmente analisamos os modelos de sociologia aplicada delineados por Smith e Rios considerando elementos de suas trajetórias intelectuais. Em seguida, no intuito de explorar os valores políticos e ideais de sociedades implícitos no conhecimento que produziram acerca das comunidades rurais brasileiras, cotejamos suas perspectivas sociológicas com aquela desenvolvida por Oliveira Vianna em *Populações Meridionais do Brasil*. Argumentamos que as teses de Vianna, mormente aquelas relativas ao insolidarismo e ao papel simplificador do latifúndio sobre a estrutura social, forneceram importantes quadros intelectuais a partir dos quais Smith e Rios operaram a leitura da realidade brasileira. Esta matriz de pensamento colocou em tensão as propostas de intervenção de ambos, destinadas à efetivação da democracia política no país.

## Transformando o caboclo em *farmer*: a sociologia de T. Lynn Smith

T. Lynn Smith (1903 – 1976) se encontra entre os sociólogos que, no contexto de expansão global das Ciências Sociais norte-americanas que marcou o pós-Segunda Guerra (Heilbron *et al.*, 2008), visitaram inúmeras vezes o Brasil, desenvolvendo atividades de ensino e pesquisa. Embora constitua um capítulo da presença de cientistas sociais estrangeiros no país, assim como elemento importante para a compreensão do desenvolvimento das ideias sociológicas sobre o mundo rural brasileiro, a obra de Smith sobre o Brasil ainda não foi objeto de estudo sistemático.<sup>1</sup>

Oriundo de uma família de fazendeiros mórmons de Sanford, Colorado, Smith se formou em Sociologia Rural na Universidade de Brigham Young em 1928 por sugestão de Lowry Nelson, que conhecera durante o trabalho de jovem missionário. Em 1932, ele concluiu a pós-graduação na Universidade de Minnesota, tendo sido aluno de Pitrim Sorokin e Carle Zimmerman. Em seguida, ingressou na Universidade Estadual de Louisiana, onde iniciou sua carreira profissional. Smith integrou uma geração de sociólogos rurais posta a serviço das políticas do *New Deal* de recuperação econômica e assistência social às populações rurais e cujos trabalhos se desenvolveram em estreita associação com as Estações Agrícolas Experimentais do país. O sociólogo ainda foi um dos atores envolvidos na institucionalização da Sociologia Rural nos Estados Unidos, tendo sido fundador da revista *Rural Sociology* e o primeiro secretário da *Rural Sociological Society* (1937).<sup>2</sup>

Smith voltou seus interesses para a América Latina em meados dos anos 1930, em um momento em que o trabalho de campo no exterior se tornava cada vez mais comum entre os sociólogos americanos. Valendo-se da Política de Boa Vizinhança e, posteriormente, do Ponto IV, o programa de assistência técnica ao terceiro mundo lançado pelo Governo Truman, Smith empreendeu inúmeras viagens ao Brasil, ora em missões oficiais do Estado norte-americano ora como professor visitante, conferencista e representante de agências internacionais. Em fevereiro de 1942, em meio aos esforços de guerra que levaram o governo americano a convocar sociólogos rurais para missões de estudo em países como México, Cuba, Peru e Argentina, Smith foi designado pelo *Auxiliary Foreign Service* do Departamento de Estado em conjunto com o *Office of Foreign Agricultural Relation* do

---

<sup>1</sup> Peixoto (2001), que analisa a presença de cientistas sociais americanos no Brasil ao longo das primeiras décadas de institucionalização das Ciências Sociais, não menciona o papel de T. Lynn Smith, que, todavia, não foi desprezível. Lima (1999) analisou as continuidades, no plano cognitivo, entre o pensamento social brasileiro e as pesquisas sociológicas e antropológicas que, a partir das Ciências Sociais institucionalizadas, se voltaram para o mundo rural brasileiro, como aquelas desenvolvidas por Emílio Willems, Antônio Cândido e Maria Isaura Pereira de Queiroz.

<sup>2</sup> Carta de Lynn Smith a Arthur Ramos. 06/02/1944. Arquivo Arthur Ramos – Seção de Manuscritos (Biblioteca Nacional). 2p. Informações biográficas sobre Lynn Smith também se encontram na entrevista concedida por Louvina Smith, esposa do sociólogo, a Emily Ring em 5 de março de 1979. “Mrs. Lynn Smith”. University of Florida Oral History Collections, 27p. Disponível em: <http://ufdc.ufl.edu/UF00006017/00001>. Acesso em: 01/12/2015.

Departamento de Agricultura para a função de analista agrícola junto à Embaixada Americana do Rio de Janeiro.<sup>3</sup>

Smith buscou tecer uma rede de trocas científicas com cientistas sociais em atuação no Brasil, a exemplo de Arthur Ramos, antropólogo da Faculdade Nacional de Filosofia, e Donald Pierson, sociólogo da Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Valendo-se dos resultados de suas incursões pelo país, ele publicou a obra monumental *Brazil: People and Institutions* em 1946, fundando, no ano seguinte, na Universidade de Vanderbilt, o primeiro centro norte-americano de estudos interdisciplinares destinado ao gigante da América do Sul, o *Institute for Brazilian Studies*. Nos anos 1950, a atuação de Smith no país esteve ligada a atividades de aconselhamento técnico. Em 1952, após avaliar os trabalhos da Comissão Nacional de Política Agrária, criada no Segundo Governo Vargas, ele redigiu memorando sobre reforma agrária a pedido do Ministro da Agricultura João Cleóphas.

Smith era crítico das grandes monoculturas de algodão e cana-de-açúcar que se sobressaíam nas zonas rurais do *Deep South*. A *plantation* constituía um “complexo cultural” fundado em “relações paternalísticas” entre lavradores e grandes proprietários que explicava em grande medida o quadro de pobreza, ignorância e atraso de regiões como o Delta do Mississipi (Smith, 1937: 146). A sociologia de Smith apresenta como horizonte normativo o mundo rural formado por comunidades de famílias de pequenos proprietários capazes de extrair seu sustento do próprio trabalho. É o que se depreende das pesquisas do sociólogo na Universidade Estadual de Louisiana sobre políticas de colonização que, a seu ver, deviam se valer de um sistema de demarcação de terras favorável à proximidade e ao contato entre os agricultores, fornecendo as bases de uma vida comunitária de ajuda mútua, de envolvimento com as associações civis locais, e integrada ao mercado, aberta aos padrões de consumo característicos das cidades (Smith, 1934; 1935).<sup>4</sup>

A sociologia rural de Smith se volta sobretudo para as comunidades. Ele acreditava que elas viriam a desempenhar um papel destacado na vida social americana. A seu ver, a tendência era que a comunidade suplantasse a vizinhança enquanto o “grupo de localidade básico” que constituía as células da sociedade nacional. Graças à expansão dos modernos meios de comunicação e transporte, estava em curso um processo de diferenciação

---

<sup>3</sup> Entre 1943 e 1944, Smith, novamente em missão do Departamento de Estado, serviu como consultor do governo colombiano para assuntos de colonização e reforma agrária. Ver Cronshaw (1982) e Lorek (2013).

<sup>4</sup> A inspiração de Smith para uma política que seguisse essas diretrizes foi buscada no padrão de ocupação territorial de famílias de ascendência francesa que trabalhavam como lavradores no sul do Estado de Louisiana. Tratava-se de uma alternativa tanto à forma de colonização predominante na história americana, baseada na fixação de fazendas dispersas, e que redundava em isolamento social e geográfico, quanto à “comunidade de aldeia” (*village community*) europeia, tipo de povoação nucleada que, embora fosse propícia à integração e à cooperação sociais, representava custos para o agricultor dada a distância comumente observada entre as terras cultivadas e sua residência (Smith, 1934: 681). A “comunidade de aldeia” e o sistema de “fazendas isoladas”, por sua vez, são ambas categorias cardinais da Sociologia Rural de Charles Galpin, Pitrim Sorokin e Carle Zimmerman, tal como desenvolvida no manual “*Systematic Source Book of Rural Sociology*”, publicado em três volumes entre 1930 e 1931, obra certamente importante na socialização acadêmica de Smith.

socioeconômica que implicava maior interdependência entre os núcleos rurais e urbanos dos Estados Unidos. Estabelecendo contato frequente com centros comerciais regionais, para além dos pequenos armazéns locais, as famílias rurais alargavam seus horizontes sociais e criavam novos vínculos sociais para além dos círculos imediatos do parentesco e dos grupos circunvizinhos. A comunidade rural americana se formava gradativamente a partir de uma teia de relações que se estendia por toda a área de fazendas sob a influência de um centro comercial ou aldeia, sendo o resultado da fusão de grupos de vizinhança até então relativamente isolados e auto-suficientes (Smith, 1940).

As reflexões de Smith sobre a comunidade rural serão estendidas ao Brasil a partir de suas primeiras viagens ao país no início dos anos 1940. Em dezembro de 1943, após regressar de sua missão oficial, Smith apresentou uma análise da “estrutura dos grupos de localidade” do Brasil na reunião anual da *American Sociological Society*. À semelhança do que ocorria nos Estados Unidos, as comunidades brasileiras não constituíam núcleos de habitação densamente povoados e, por isso, eram dificilmente discerníveis na paisagem rural do país. Suas unidades básicas, as famílias e as vizinhanças, encontravam-se dispersas por vastas extensões de terra enquanto uma vila, sede de distrito ou sede municipal desempenhava timidamente as funções religiosas, comerciais, educacionais e político-administrativas da localidade. Smith remete esse padrão comunitário ao processo de colonização do Brasil, responsável por um tipo de ocupação do território baseado em fazendas isoladas, em sua maior parte latifúndios que por muito tempo haviam concentrado as atividades socioeconômicas fundamentais (Smith, 1944).

Na visão do sociólogo, embora as relações entre o pequeno centro urbano representado pela sede municipal e a população dispersa dos arredores tendessem a se estreitar, havendo elementos característicos da sociedade brasileira favoráveis a esta integração<sup>5</sup>, as comunidades rurais do país permaneciam, em sua maioria, em um estado “amorfo”. O isolamento geográfico do campo, os fortes vínculos que uniam as famílias, o predomínio da agricultura de subsistência entre as camadas pobres, a autossuficiência econômica do latifúndio e a rígida estrutura de classes eram os fatores que dificultavam, ao lado da baixa escolaridade da população, o desenvolvimento de uma vida comunitária ampla, para além das relações de parentesco e vizinhança.

Na leitura que realiza da realidade brasileira, Smith se apóia na conhecida tese do “insolidarismo”, expressa classicamente em *Populações Meridionais do Brasil*, de Oliveira Vianna, segundo a qual haveria uma “carência de instituições de solidariedade social em

---

<sup>5</sup> Nesses casos, Smith avalia a realidade brasileira como mais positiva do que a norte-americana. Enquanto nos Estados Unidos a lei permitia que cidades do interior adquirissem autonomia político-administrativa desvinculando-se das áreas rurais circunvizinhas, no Brasil os municípios não apenas eram formados pelas vilas que lhe serviam de sede como também deviam incluir em sua jurisdição os distritos e zonas rurais sob sua influência direta. Ademais, para Smith, a relativa homogeneidade religiosa, com o predomínio da Igreja Católica, somada à ausência de clivagens com base em “linhas de cor” no interior dos grupos de vizinhança, constituíam elementos que reduziam a complexidade da estrutura das comunidades brasileiras e reforçavam sua coesão interna (Smith, 1944: 43-44).

nosso povo” (Oliveira Vianna, 1938: 205), isto é, de formas de associação ou “ação em conjunto” visando a interesses ou utilidades comuns, como as tradições de cooperação vicinal ou os conselhos comunais europeus.<sup>6</sup> A desarticulação e a amorfia da sociedade resultavam do predomínio do latifúndio, do grande domínio rural, na história do povoamento brasileiro, com sua autonomia socioeconômica e política, e os círculos de solidariedade existentes se restringiam aos clãs patriarcais e às famílias, “única forma de solidariedade social que realmente *sentimos*, [...] única que realmente praticamos” (Idem: 219, grifos do autor).

Valendo-se das observações de Vianna acerca do peso da solidariedade clânica e parental na história social e política do país, Smith argumenta que os vínculos entre “os grupos de vizinhança” (famílias vivendo em proximidade) absorviam quase que a totalidade das preocupações dos indivíduos, restando muito pouco para o desenvolvimento de atividades em “áreas maiores e mais completas de interação social, tal como a comunidade” (Smith, 1944: 46). Em sintonia com as teses de Vianna acerca dos efeitos simplificadores do latifúndio, Smith afirma que o sistema produtivo do campo brasileiro, com exceção de recentes núcleos de modernidade tecnológica das fazendas de São Paulo e das usinas do Nordeste, representava uma regressão em relação às modalidades de cultivo utilizadas em Portugal à época da colonização. Em regra, o homem do campo, destituído de propriedade, habituava-se à miséria e às primitivas técnicas agrícolas de origem indígena.

Smith não hesita em apontar medidas capazes de acelerar o ritmo do processo de integração das comunidades rurais. Era preciso investir na infra-estrutura de transportes e comunicação, bem como introduzir técnicas agrícolas modernas, em substituição à primitiva cultura das queimadas, capazes de aumentar a produtividade do trabalho e alterar o padrão de consumo das populações rurais, criando-lhes novas necessidades que as vinculassem mais estreitamente aos pólos comerciais urbanos. A modernização das técnicas produtivas exigia, por sua vez, transformações no plano da cultura visando à modelação de novas atitudes e valores no homem do campo, o que só poderia ser alcançado mediante o fortalecimento das políticas de educação, saúde e assistência de âmbito local. Smith enfatiza o papel da escola pública secundária no desenvolvimento de comunidades “altamente integradas em grupos sociais operantes” (Smith, 1944: 49).

O município, a menor unidade política da nação, cujos limites tendiam a coincidir, na visão de Smith, com os da própria comunidade em formação no Brasil, devia dispor de mecanismos de arrecadação de impostos sobre as propriedades rurais existentes em seu território a fim de poder custear, por conta própria, os serviços públicos essenciais. No livro *Brazil, People and Institutions*, cuja primeira edição foi publicada em inícios de 1946, ao tempo em que a assembléia constituinte iniciava seus trabalhos, Smith discute com mais vagar a necessidade de aumento das atribuições dos governos locais, enfraquecidos pelo caráter

---

<sup>6</sup> Sobre os desdobramentos da tese do insolidarismo em pesquisas sociológicas posteriores à institucionalização universitária das Ciências Sociais, ver Villas Bôas (2004) e Botelho (2010; 2012).

centralizador da constituição de 1937 outorgada por Getúlio Vargas: “os líderes brasileiros não devem tentar fazer tudo do Rio de Janeiro. O município é a unidade lógica de organização a ser utilizada no provimento mais adequado de proteção à vida e à propriedade, saúde, bem-estar, educação e estradas” (Smith, 1946: 793).

A taxaçoão progressiva da propriedade rural pelo município, além de assegurar a arrecadação necessária à prestação de serviços, viria a desestimular a retenção da terra para fins puramente especulativos, abrindo o caminho para políticas federais de parcelamento do latifúndio em pequenas propriedades familiares, pedra angular da reforma agrária proposta pelo sociólogo (Smith, 1963). O Estado devia se pautar por políticas de colonização que priorizassem o assentamento de famílias de lavradores, preferencialmente colonos da região Sul e imigrantes europeus que, a par das técnicas agrícolas modernas, constituíam agentes de difusão de padrões culturais mais avançados (Smith, 1946: 791-792).

A aposta de Smith na capacidade do município em levar a cabo parte substantiva do programa de reformas partia da crença de que as instituições políticas locais constituíam o canal preferencial para a expressão das demandas da população e o centro aglutinador dos esforços coletivos em prol da comunidade. Trata-se de um ideal político de ordenamento da sociedade cujo sentido é evidenciado por uma declaração dada pelo sociólogo à imprensa brasileira durante sua visita ao país em 1952: “A experiência mundial [...] é que quaisquer deficiências que possa apresentar o autogoverno num humilde município rural – deficiências culturais ou técnicas – são amplamente compensadas pela honestidade, pela virtude de cidadãos que se conhecem e que executam, com suas próprias mãos e seus próprios recursos, obras que estão diante da vista de todos”.<sup>7</sup> Mesmo admitindo que inspeções federais ou estaduais fossem eventualmente necessárias para o controle dos fundos, Smith acreditava que a aplicação local de recursos arrecadados pelo próprio município era boa garantia contra desvios de verba (Smith, 1963: 130).

Conjugando autonomização dos governos locais, municipalização dos serviços de educação e saúde, taxaçoão da propriedade fundiária e políticas nacionais de fixação de fazendas familiares, o modelo de intervenção proposto por Smith visava à consolidação de uma “classe média de agricultores” no Brasil em substituição à rígida estrutura de classes gestada pelo latifúndio e pela escravidão. Em 1946, em conferência no Conselho Nacional de Geografia, Smith afirmou que era preciso transformar “sertanejos” e “caboclos”, assim como os segmentos decadentes das antigas famílias senhoriais, em “farmers” e “lavradores ativos”, isto é, uma classe de fazendeiros capazes de exercer simultaneamente as funções de capitalista-empresendedor, administrador-gestor e trabalhador (Smith, 1947: 171). O *déficit* histórico identificado por Oliveira Vianna em nossa formação social – a ausência das classes médias – devia, e podia, ser superado, combinando-se reformas constitucionais que

---

<sup>7</sup> CORREIO DA MANHÃ. “Autonomia. O homem e a reforma agrária”. 18 de setembro de 1952, 1º Caderno, p.4.



permitissem maior participação dos municípios na promoção do bem-estar-geral e políticas de Estado sociologicamente orientadas visando à redistribuição da propriedade fundiária. A reforma agrária, garantindo a posse da terra pelo lavrador, era o melhor caminho para se formar personalidades aptas a exercer a cidadania política (Smith, 1946: 483).

### **Educação, saúde e organização de comunidades em José Arthur Rios**

O modelo de ciência social aplicada elaborado por José Arthur Rios esteve informado por um debate transnacional acerca das relações entre planejamento, desenvolvimento e organização de comunidades. Há fortes convergências entre a abordagem sociológica de Rios, com enfoque sobre a comunidade, e a visão dos problemas rurais brasileiros de T. Lynn Smith, com quem manteve vínculos intelectuais desde sua passagem pela Universidade Estadual de Louisiana.

Formado em Direito no início dos anos 1940 pela Universidade do Brasil, onde também frequentou os cursos de Ciências Sociais da recém-criada Faculdade Nacional de Filosofia, Rios se manteve próximo a círculos de reformadores e militantes católicos da capital federal que se reuniam no Centro Dom Vital.<sup>8</sup> Nos estertores do Estado Novo, ele integrou a denominada “Resistência Democrática”, movimento heterogêneo do ponto de vista político-ideológico que, no entanto, reuniu considerável número de intelectuais, dentre advogados, médicos e professores, avessos ao regime de Vargas. Composto por nomes como José Fernando Carneiro, Adauto Lucio Cardoso, Gustavo Corção, Carlos Lacerda, Sobral Pinto e Mário Pedrosa, o grupo, que atuou contra o queremismo nos jornais<sup>9</sup>, é considerado por Rios uma escola de formação política.<sup>10</sup> Posteriormente, Rios viria a militar nas fileiras do Partido Libertador, de Raul Pilla, que se caracterizou pela defesa do regime parlamentarista, tendo sido, ao lado da União Democrática Nacional, um dos principais partidos de oposição aos governos eleitos de Vargas, Kubitschek e Goulart.<sup>11</sup>

Em 1945, Rios travou contato com Smith por meio de Hilgard Sternberg, colega do curso de Geografia, conseguindo uma bolsa para realizar o mestrado em Sociologia Rural sob a orientação do sociólogo na Universidade Estadual de Louisiana. Sempre a convite de Smith, Rios retornou aos Estados Unidos como professor visitante da Universidade de Vanderbilt em 1948, ministrando ainda cursos de verão na Universidade da Flórida em 1952. As conexões

---

<sup>8</sup> Rios iniciou processo de conversão ao catolicismo influenciado por sua esposa, Regina Alves de Figueiredo, que conheceu no curso de Ciências Sociais. Regina era filha de Jackson de Figueiredo, liderança do movimento católico leigo e fundador do Centro Dom Vital. Cf. CPDOC/FGV. “Jackson de Figueiredo”. *Navegando na História. A Era Vargas*. Disponível em: [http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/jackson\\_de\\_figueiredo](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/jackson_de_figueiredo). Acesso em: 04/11/2013.

<sup>9</sup> Sobre as intervenções da Resistência Democrática no debate público, ver Dulles (2001).

<sup>10</sup> Comunicação pessoal de José Arthur Rios ao autor em Primeiro de Setembro de 2015. Sobre sua trajetória profissional, ver Rios (2000).

<sup>11</sup> Cf. CPDOC/FGV. “Verbete: Partido Libertador (1945 – 1965)”. Disponível em:

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-libertador-pl-1945-1965>. Acesso em 18/07/2016.

internacionais de Rios se estenderam à França em 1950, quando se aproximou do movimento *Économie et Humanisme*, observando de perto o trabalho social desenvolvido pelo frei dominicano Louis-Joseph Lebret nos arredores de Lyon.

Em crônicas para *O Globo* escritas durante o mestrado em Louisiana, Rios registra suas impressões dos Estados Unidos, que enxerga sob o prisma tocquevilliano das liberdades e da igualdade, contrapondo-a à cultura autoritária e hierarquizante dos países latino-americanos. Além de destacar a ausência de preconceitos em relação ao trabalho e o elevado grau de mobilidade social, ele atribui ao país forte tradição de participação política: “Sempre que problema novo surge a desafiar a nação, os líderes que o percebem não vão clamar ao Congresso que conceda poderes extraordinários ao Executivo para que o resolva, mas descem à rua, dirigem-se ao homem comum, avisam-no e instruem-no, para que ele soberanamente decida”.<sup>12</sup> Os EUA eram uma escola para os ditadores.<sup>13</sup>

No Brasil, na primeira metade dos anos 1950, Rios se envolveu em importantes iniciativas governamentais nas áreas de Educação Rural e Saúde Pública. Entre 1951 e 1952, o sociólogo coordenou a Campanha Nacional de Educação Rural, lançada pelo Ministério da Educação sob forte inspiração das missões rurais mexicanas e das técnicas de educação de adultos veiculadas pela UNESCO<sup>14</sup>, tendo participado igualmente da Comissão Nacional de Política Agrária, que se debruçou sobre o problema da reforma agrária. A partir de 1953, Rios dirigiu a Seção de Pesquisas Sociais da Divisão de Educação Sanitária do Serviço Especial de Saúde Pública, órgão nascido de acordo bilateral entre Brasil e EUA que se valeu do trabalho de cientistas sociais na implementação de seus programas de saúde.<sup>15</sup> Em fins dos anos 1950, Rios assumiu a direção do Escritório da Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais (SAGMACS) do Rio de Janeiro, órgão de pesquisa e planejamento social inspirado em instituição congênere fundada pelo padre Lebret na França. Nesta agência, o sociólogo conduziu estudos sobre as condições de vida dos habitantes de diversos municípios rurais brasileiros, além de ter coordenado ampla pesquisa nas favelas cariocas (Valladares, 2012).

<sup>12</sup> RIOS, José Arthur. “Só a ONU seria digna de receber o segredo da bomba atômica”. *O Globo*. 17/06/1946, p.11.

<sup>13</sup> RIOS, José Arthur. “A Democracia também se aprende nas escolas. Numa Universidade norte-americana tudo conduz ao amor e à prática do mais perfeito sistema de igualdade, trabalho e justiça entre os homens”. *O Globo*. 13/05/1946, p.3-4. As observações de Rios sobre a cafeteria da Universidade de Louisiana são dignas de nota: “Numa hora grave para o animal-homem, como seja a da ingestão de alimentos, [...] a civilização americana acostuma-o a comer em perfeita igualdade de classes. Na cafeteria, não há barreiras sociais, todos são iguais perante o prato, o que prenuncia que serão iguais diante da lei. Ali não se encontra esse monumento de servilismo e degradação humana que a civilização plutocrática criou: o garçom. Cada um serve a si mesmo. Empunha-se uma bandeja e, em fila, professores, reitores e alunos (não há precedência), vão empilhando sobre a mesma os pratos que mais lhe falam à gula igualitária” (p.4).

<sup>14</sup> Sobre a CNER, ver Barreiro (2010).

<sup>15</sup> Sobre o SESP, ver Campos (2005). Ainda em meados dos anos 1940, o antropólogo americano Charles Wagley, à frente da Divisão de Educação Sanitária do SESP, havia atuado na implementação de programas sanitários na Amazônia (Figueiredo, 2009). Kalervo Oberg, antropólogo de origem canadense, serviu, nos anos 1950, como consultor técnico do Instituto de Assuntos Inter-Americanos.

Desde de fins dos anos 1940, quando de seu retorno dos EUA, Rios buscou ressaltar, em artigos de jornal, o papel das Ciências Sociais na área de políticas públicas tendo em vista a remodelação do mundo rural brasileiro. Ele avalia que as técnicas norte-americanas de “organização rural” podiam ser aplicadas ao Brasil, que vinha sofrendo problemas semelhantes àqueles enfrentados décadas atrás pelos EUA, como o êxodo rural, o isolamento dos agricultores e o latifúndio improdutivo (Rios, 1947: 8). O que estava em jogo era a reforma agrária, com a garantia de propriedade a famílias capazes de lavrar a terra, a extensão da assistência técnica e sanitária ao homem do campo e a integração de suas populações aos núcleos urbanos e comerciais. Era preciso evitar que o “nosso matuto” tornasse “presa das doutrinas que lhe acenam com o rádio, o automóvel e a geladeira em troca da liberdade” (Idem). Conduzindo ao descontentamento das massas, o latifúndio havia sido responsável pela crise política que instituiu o regime autoritário de 1937: “O latifúndio prepara [...] o caminho para as forças antidemocráticas, para a sublevação social e a anarquia que viriam colocar o país no dilema – comunismo ou ditadura. [...] a democracia brasileira ou se estenderá ao campo ou perecerá” (Rios, 1948a).

Rios recorre à obra de Smith a fim de argumentar que a reforma agrária devia consistir em um conjunto de políticas destinadas à formação de um novo homem. Em sintonia com argumento de Oliveira Vianna, Rios afirma que o latifúndio, responsável pelo peso demasiado da família na vida social do país, havia cristalizado na cultura brasileira padrões de comportamento pessoalizados que impediam a “maturidade política” do povo (Rios, 1950a). Aliada à distribuição de terras, uma ampla “reforma educacional”, visando à introdução de novas técnicas agrícolas, devia incidir sobre o fortalecimento dos pequenos grupos, estimulando a participação de suas lideranças (Rios, 1950b). Rios pondera que o “desenvolvimento harmonioso” da família, articulado ao de outras instituições igualmente relevantes, como a escola e a igreja, podia garantir o “florescimento de comunidades equilibradas [e evitar] a hipertrofia monstruosa do Estado” (Rios, 1950a). Contra a “mentalidade estatolátrica” das classes dirigentes, era preciso favorecer o envolvimento dos municípios na implementação das políticas sociais (1948b).

Rios vislumbrou a possibilidade de levar a cabo sua proposta educacional ao participar da criação da Campanha Nacional de Educação Rural do Departamento Nacional de Educação, exercendo o cargo de coordenador. Na esteira dos programas da UNESCO, Rios propôs ao governo federal uma política educacional destinada à “tarefa da auto-educação” (Rios, 1951: 169), consistindo em impulsionar o homem do campo, pela “emulação criadora”, a vencer a “apatia” e a tomar parte em iniciativas comunitárias destinadas à elevação dos seus padrões de vida. Isto era particularmente importante no contexto brasileiro na medida em que: “O senso comunitário tem de ser despertado num povo de individualistas. E, ao mesmo tempo, o educador tem de escolher técnicas educativas que dêem aos homens do meio rural a noção da própria valia, juntamente com o sentimento de independência e o

senso de responsabilidade, sem o que não se constroem povos, mas somente massas submissas” (Rios, 1951: 17).

Em 1954, Rios publica “A Educação dos Grupos”, livro que reflete, além de suas experiências em Educação Rural, as atividades desenvolvidas no Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), como chefe da Seção de Pesquisas Sociais da Divisão de Educação Sanitária. Resultado da compilação de aulas que ministrou a técnicos e auxiliares de Educação Sanitária, o texto apresenta, em detalhes, um conjunto variado de técnicas e conselhos práticos ligados à organização de comunidades rurais. Agir por meio dos grupos, que, como a família, a escola, a igreja e a vizinhança, exerciam ascendência sobre o indivíduo, era a melhor maneira de alterar hábitos nocivos e crenças atrasadas, promovendo a mudança cultural. Tratava-se de um modo de traduzir, para o sistema de valores nativo, os traços culturais que os agentes públicos buscavam difundir.<sup>16</sup> A efetividade das políticas do Estado não seria garantida por ações verticalizadas do poder público, mas exigia que a mudança transcorresse ‘desde dentro’, mediante a incorporação gradual, pela comunidade, de práticas e concepções modernas de saúde e trabalho. As lideranças locais, uma vez identificadas, deviam ser estimuladas a participar das atividades de planejamento e intervenção, servindo como focos irradiadores de mudança.<sup>17</sup>

O setor de Educação Sanitária do SESP aderiu a sugestões de Rios, experimentando trabalhos educativos em que as populações locais contribuíssem diretamente com os programas de saúde, como foi o caso da construção de um posto de saúde em Banco de Vitória, bairro do município de Ilhéus, por uma comissão de melhoramentos formada por moradores da localidade em 1954.<sup>18</sup> Outras divisões do órgão também desenvolveram ações imbuídas do espírito “participativo”, a exemplo da Divisão de Engenharia Sanitária, que levou a cabo programas de habitação popular e obras de infraestrutura sanitária com base no princípio da “ajuda mútua”, em que a população beneficiada ou financiava parte dos custos ou emprestava sua própria força de trabalho.<sup>19</sup>

A argumentação de Rios em prol da ação das comunidades repercutiu os embates ideológicos acerca do fenômeno do totalitarismo. As comunidades serviam de contrapeso às forças políticas centralizadoras e burocratizantes que assediavam o mundo moderno (Rios, 1954: 8). A sobrevivência das democracias dependia de modelos de intervenção capazes de

---

<sup>16</sup> As possibilidades de usos das Ciências Sociais em Saúde Pública foram a constante de seus artigos publicados no *Boletim do SESP* (Rios, 1953a; 1953b; 1953c). Sociólogos e antropólogos deviam transmitir técnicas de trabalho de grupo que pudessem ser usadas na implementação de programas sanitários, além de atuar como intérpretes ou mediadores culturais entre os profissionais de saúde e as populações locais (Maio & Lima, 2009).

<sup>17</sup> Nas palavras de Rios: “A participação [...] em qualquer tipo de planejamento que interesse seus hábitos, neutraliza a atitude natural de hostilidade ou de indiferença do indivíduo perante o novo traço. Desde o momento em que o grupo se convence a adotar a nova prática, esta se espalha na comunidade, pois os indivíduos sabem que têm por si a sanção dos seus pares” (Rios, 1954: 51-52).

<sup>18</sup> *Relatório do SESP*, jan.-mar. de 1954, p. 107. Fundo Fundação Serviços de Saúde Pública. Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.

<sup>19</sup> *Relatório do SESP*, jul.-dez. de 1954, pp. 27-28. Fundo Fundação Serviços de Saúde Pública. Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.

suscitar no homem comum o “senso das responsabilidades sociais e dos deveres com o próximo”, de modo que ele fosse estimulado a participar dos programas e das decisões políticas ligadas ao destino das coletividades (Idem: 27). Este é o sentido da literatura norte-americana sobre “planejamento democrático” que atravessa seu livro, apresentada como alternativa aos modelos fascista e soviético de engenharia social.<sup>20</sup> Dentre essas referências, destaca-se o texto de David Lilienthal, publicado em fins da Segunda Guerra e intitulado sugestivamente *TVA, Democracy on the March*, uma avaliação do programa de desenvolvimento econômico do Vale do Tennessee conduzido pelo Governo Roosevelt nos anos 1930 (Idem: 239-240).

Em “A Educação dos Grupos”, Rios também explora de maneira mais sistemática as implicações do conceito sociológico de comunidade para os programas de saúde e educação rural. Conferindo pioneirismo aos estudos de Charles Galpin, cujo interesse se voltava para o desenvolvimento de uma metodologia capaz de identificar os contornos precisos das comunidades rurais nos Estados Unidos, Rios apresenta uma história do conceito de comunidade no quarto capítulo do livro, passando em revista trabalhos que se desenvolveram nos campos da Sociologia Rural, da Antropologia e da Ecologia Humana. São mencionados estudos considerados clássicos, a exemplo de “Middletown”, de Robert e Helen Lynd (1929); “Community, A Sociological Study”, de R. Maclver (1936); “The Status Systems of a Modern Community”, de Lloyd Warner e Paul Lunt (1942), além das pesquisas urbanas inspiradas na abordagem ecológica do sociólogo de Chicago Robert Park. As investigações de Donald Pierson e Emílio Willems no interior de São Paulo são consideradas um marco no desenvolvimento dos estudos de comunidade no Brasil ao lado dos estudos de T. Lynn Smith sobre os “grupos de localidade” do país.

A definição de Rios de comunidade converge com a de T. Lynn Smith. Ela se aplica a todo tipo de agrupamento humano vivendo em contigüidade especial, marcado pela proximidade dos contatos, por relações face a face, fortes consensos valorativos e identidade de grupo (Rios, 1954: 80). Não obstante, esta ideia de comunidade é posta em tensão ao longo do livro, e a homogeneidade sociocultural e o consenso pressupostos pelo conceito perdem terreno para a complexidade empírica das referências a municípios e zonas rurais específicas do Brasil, marcadas por cisões de classe e cultura que Rios remonta ao peso do latifúndio na vida social do país. Havia “barreiras sociais” que se traduziam em estereótipos de classe.<sup>21</sup> Rios por vezes deixa entrever as experiências de conflito no campo que vinham se

---

<sup>20</sup> É o caso de “Rural Community Organization” (1939), de Dwight Sanderson e Robert Polson; “The Small Community Looks Ahead” (1947), de Wayland Hayes; “Organizing for Community Action” (1948), de Clarence King; “Community Organization and Planning” (1950), de Arthur Hillman; “Approaches to Community Development” (1953), organizado por Phillips Ruopp.

<sup>21</sup> Nas palavras de Rios: “O ‘superior’ pensa nas camadas mais baixas compostas de ‘vagabundos’, ‘cachaceiros’, ‘interesseiros’, etc., e procura pautar suas relações de acordo com tais critérios. Por sua vez, as classes inferiores olham com grande desconfiança para as de categoria mais alta, porque sempre as consideram como ‘patrões’, isto é, como pessoas que procuram tirar do ‘povo’ o máximo proveito possível” (Rios, 1954: 64-65).

acumulando desde os anos 1940, envolvendo proprietários de terra e posseiros: “Os focos de eclosão revolucionária que periodicamente aparecem, como nos casos recentes do Norte do Paraná e do Oeste Paulista, não tardarão a se repetir” (Idem: 192).

Rios se aproxima do diagnóstico de Smith sobre a vida social nas comunidades rurais brasileiras ao abordar os problemas que impediam o seu pleno desenvolvimento em unidades sociais integradas. Endossando a tese do insolidarismo social de Oliveira Vianna, Rios enxerga na educação dos grupos e na organização de comunidades não apenas um meio para introduzir a mudança cultural, mas também um estímulo a novas formas de associação que superassem a passividade e o desinteresse características do povo brasileiro frente às ações do poder público. Embora este ponto não assumira lugar expressivo no livro, Rios insiste que essas ações deviam estar articuladas a um amplo programa de reforma agrária.<sup>22</sup> As cisões de classe instituídas pelo latifúndio constituíam um óbice à transformação dos municípios em “comunidades integradas”, com circulação de bens e pessoas, frequência de contatos e ampla participação política.

A análise do modelo de ciência aplicada de José Arthur Rios nos sugere que o conceito de comunidade, uma das categorias principais de sua sociologia, é investida de forte carga valorativa. Para além de descrever ou explicar a realidade, ele é indicativo de um ideal de associação humana cujas marcas parecem ser a cooperação social e a participação política. A comunidade é pensada, neste sentido, como “matriz de civilização”, ou ainda, como “forma social de inserção do homem na paisagem e um tipo superior de convivência” em que este pode desenvolver sua personalidade (Rios, 1954: 87). Trata-se de um modelo de sociedade com forte associativismo civil, base de um sistema político em que os problemas e os conflitos são encaminhados e geridos pelo “maior número possível de indivíduos”, que por sua vez tomam parte “direta ou indiretamente do poder e do seu controle pela opinião pública” visando ao “bem comum” (Idem: 23).

### **Sociologia rural, democracia e matriz autoritária de pensamento**

Pode-se afirmar que as sociologias de T. Lynn Smith e José Arthur Rios convergem, em seus pontos essenciais, na avaliação dos obstáculos que atravancavam a modernização da sociedade brasileira e a consolidação de um regime político democrático: o uso disseminado de técnicas primitivas de agricultura de origem indígena, o isolamento e dispersão das populações pelo território, a falta de vínculos das famílias e vizinhanças à vida comunitária local, o particularismo das condutas, a passividade e a falta de iniciativa do

---

<sup>22</sup> Maio & Lopes (2012) chamaram a atenção para este ponto ao cotejarem a reflexão sociológica de Arthur Rios sobre a saúde pública com aquela desenvolvida por Alberto Guerreiro Ramos. Não obstante sua marcada ênfase nas técnicas de organização de comunidade e de intervenções tópicas, no plano das mentalidades ou da cultura, em municípios e vilarejos rurais, Rios sublinhou a necessidade de associar as políticas de saúde e educação sanitária a reformas mais amplas, de caráter estrutural, das condições de vida das populações.

homem rural e, sobretudo, a instituição do latifúndio, responsável pelo abismo social entre as classes e pelo predomínio de relações de tipo paternalista.

Na perspectiva de ambos os sociólogos, as condições de vida das populações rurais deviam ser alvo de um amplo e intrincado programa de engenharia social e reforma agrária. Mecanismos de taxação progressiva da propriedade fundiária, políticas de colonização destinadas à fixação de pequenas fazendas familiares e a organização de serviços de educação e saúde em bases municipais, estimulando a participação das populações e governos locais na solução de seus problemas, seriam capazes de desencadear a mudança nas zonas rurais. Tratava-se de garantir a propriedade da terra ao pequeno agricultor e difundir práticas modernas de higiene, trabalho e consumo de modo a transformar “matutos” e “caboclos” em uma robusta classe média de fazendeiros aptos a exercer as funções de empreendedor capitalista, administrador e trabalhador. Em tempos de Guerra Fria, o combate ao latifúndio era necessário tendo em vista o quadro de desigualdades no campo, considerado propício ao avanço do comunismo.

Para refletir sobre os desafios postos à modernização brasileira, as sociologias de Smith e Rios retomam as linhas de reflexão desenvolvidas por autores do pensamento político-social no Brasil que acentuaram o caráter amorfo, desarticulado, de sua sociedade, indicando com isto a ausência de formas associativas entre indivíduos e grupos para além dos estreitos laços de solidariedade no interior das famílias. As teses de Oliveira Vianna em *Populações Meridionais do Brasil* (1938), sublinhando o papel simplificador do latifúndio sobre a estrutura social do país, parecem ter fornecido um quadro de referências fundamentais para as leituras que Smith e Rios operaram da realidade brasileira, repercutindo, inclusive, sobre o prognóstico de ambos acerca da necessidade da reforma agrária e da organização de comunidades tendo em vista a formação de uma classe média rural.

A força cognitiva desta matriz de pensamento<sup>23</sup> nas sociologias de Smith e Rios parece ainda mais evidente se considerarmos que, a despeito de terem divergido dos apontamentos de Oliveira Vianna quanto aos meios para a instauração de uma ordem moderna no país, ambos tenderam a confirmar, em suas linhas principais, a visão deste último sobre a formação social brasileira. Assim, ao passo que as formulações de Vianna redundaram no elogio do Estado forte e centralizador, único agente que teria sido capaz, no Império, de fazer frente às forças centrífugas das oligarquias rurais, promovendo a unidade nacional e a supremacia da lei<sup>24</sup> em

---

<sup>23</sup> Aproximamo-nos, neste caso, da noção de estilo de pensamento tal como a emprega Ludwik Fleck (2010), isto é, enquanto um conjunto de categorias e disposições intelectuais inter-relacionadas que têm para o sujeito do conhecimento a função cognitiva de ordenamento da experiência do mundo, tornando-a significativa e, em última análise, inteligível. Como sugere Bruno Latour (2008), são ferramentas intelectuais historicamente contingentes, fabricadas por sociedades e culturas específicas, que realçam e tornam perceptíveis certos aspectos da realidade ao mesmo tempo em que mantêm outros na penumbra.

<sup>24</sup> É a falta de condições para o exercício dos direitos civis e políticos que parece ser objeto de crítica implícita de Oliveira Vianna em *Populações Meridionais do Brasil* quando trata dos efeitos mais duradouros da solidariedade de clã na mentalidade do “homem do povo”: “Tudo concorre para fazê-lo

um mundo de arbitrariedades, de “anarquia branca”, as principais apostas de Smith e Rios para a efetivação do mundo dos direitos no Brasil residiram no fortalecimento de instituições locais, a exemplo da escola, da igreja e das associações de moradores, na descentralização do poder político e na reforma agrária, medidas propícias à formação de uma pujante sociedade civil, de uma classe média de fazendeiros politicamente ativos. Estes são os elementos que os distanciam do encaminhamento político sugerido por Oliveira Vianna para o insolidarismo, seja tal encaminhamento entendido como expressão de um “autoritarismo instrumental” tendente a instaurar a ordem liberal burguesa (Santos, 1978) ou como projeto de uma Ibéria renovada, organizada em bases organicistas e hierárquicas (Vianna, 2004).

Ao prescreverem a reforma agrária, as sociologias de Smith e Rios buscaram levar às últimas consequências as observações contidas em *Populações Meridionais do Brasil* quanto às origens da cultura cívica do Ocidente no regime da pequena propriedade (Oliveira Vianna, 1938: 169). Partindo do diagnóstico de Oliveira Vianna, eles se concentravam, todavia, na viabilização das condições sociais para a emergência do povo enquanto ator político na história brasileira. Nos escritos de Smith e Rios, a centralidade assumida pela noção de comunidade deixa entrever estes ideais políticos, modelo de sociedade fundado na cooperação social, na participação política autônoma e no auto-governo do povo.

### **Considerações finais**

Por operarem no interior de matriz de pensamento que remonta a Oliveira Vianna, e, não obstante, oporem-se à via autoritária de remodelação da sociedade pelas mãos do Estado, as sociologias de T. Lynn Smith e José Arthur Rios se vêem, por vezes, diante de impasses. No caso de Smith, estes parecem residir no fato de que o papel destacado conferido aos municípios na implementação da reforma agrária supunha, de antemão, a existência de uma comunidade de cidadãos ativos capazes de controlar a utilização dos recursos provenientes da taxa da terra em prol do bem comum, comunidade esta, no entanto, que só poderia vir a existir mediante a reforma agrária. Smith estava ciente de que as instituições municipais haviam por muito tempo sido apropriadas privadamente, sendo instrumentalizadas por “chefetes locais” (Smith, 1946: 742). Ainda que o desenvolvimento das cidades houvesse alterado ligeiramente esta situação, ele reconhecia que as populações rurais permaneciam em grande medida dispersas, isoladas, a mercê de fazendeiros e à margem do raio de influência das autoridades municipais (Idem: 773). Assim, parece bastante otimista em sua aposta de que as câmaras e prefeituras viessem a

---

um desiludido histórico, um descrente secular na sua capacidade pessoal para se afirmar por si mesmo. Desde os primeiros dias da colonização, sempre se vê diante dos poderosos, das suas cobiças, das suas arrogâncias, das suas animosidades, tímido, pusilânime, receoso, encolhido. O que os quatro séculos da nossa evolução lhe ensinam é que os direitos individuais, a liberdade, a pessoa, o lar, os bens dos homens pobres só estão garantidos, seguros, defendidos, quando têm para ampará-los o braço possante de um caudilho local” (Oliveira Vianna, 1938: 201).



ser, com o tempo, o lugar por excelência da participação cidadã, em substituição às práticas de dominação pessoal e apropriação privada da coisa pública.

Rios, por seu turno, desde o início de 1950, acrescentou notas pessimistas ao programa da reforma agrária, constatando a ausência de atores no cenário brasileiro que pudessem levá-la a efeito. As ramificações das classes latifundiárias no mundo da política e nos aparelhos do Estado tornavam improvável que a redistribuição de terras com base em fazendas familiares partisse das classes dirigentes: “Os grandes partidos [...] têm os seus quadros dominados por homens ligados a interesses baseados na posse da terra ou da indústria, os continuadores da política dos latifundiários através dos tempos” (Rios, 1950b). Por outro lado, dada a ausência crônica do povo enquanto massa organizada e com poder reivindicatório no país, dificilmente a reforma poderia ser empreendida pelas “forças sociais interessadas [em sua implementação]”: as massas rurais vegetavam em um “regime de semi-escravidão” enquanto os sindicatos urbanos permaneciam na “camisa de força do peleguismo e da tutela estatal” (Rios, 1959). Em 1959, diante destas observações, Rios conclui, não sem pessimismo, que a burguesia industrial e as forças armadas, caso tomassem consciência de seus reais interesses, ligados, respectivamente, ao fortalecimento do mercado interno e ao imperativo de segurança nacional, poderiam eventualmente pressionar o Estado a conduzir as mudanças necessárias. Expulsa pela porta a solução autoritária de Oliveira Vianna, efetivada por um agente acima da sociedade, ela parece, contudo, retornar pela janela, e Rios acaba reforçando a crença de que transformações sociais, no Brasil, dependiam de “movimentos de cúpula” (Idem).

## Referências

- BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas. (2010), *Política de educação no campo: para além da alfabetização*. São Paulo: Cultura Acadêmica.
- BIELCHOWSKY, Ricardo. (1995), *Pensamento Econômico Brasileiro: O Ciclo Ideológico do Desenvolvimentismo*. 2a ed. Rio de Janeiro, Contraponto.
- BOTELHO, André. (2010), “Passado e futuro das interpretações do país”. *Tempo social*, São Paulo, v. 22, n. 1, p.47-66.
- \_\_\_\_\_. (2012), “Interpretações do Brasil e Ciências Sociais, um fio de Ariadne”. *Sinais sociais*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 20, p. 10 – 35.
- CAMPOS, André. (2006), *Políticas Internacionais de Saúde na era Vargas: o Serviço Especial de Saúde Pública, 1942 – 1960*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz.
- COSTA LIMA, Marcos. (2011), *Região e desenvolvimento no capitalismo contemporâneo. Uma interpretação crítica*. São Paulo, Cultura Acadêmica Editora.
- CRONSHAW, Francine. (1982), “Exporting Ideology: T. Lynn Smith in Colombia”. *NS, Northsouth*, Calgary, vol. 7, n. 13, pp. 95-109. ESCOBAR, Arturo. (1996), *La Invención del Tercer Mundo. Construcción y Deconstrucción del Desarrollo*. Santa Fé de Bogotá: Editorial Norma.
- DULLES, J. W. (2001). *Sobral Pinto: a consciência do Brasil – A cruzada contra o regime Vargas, 1930 – 1945*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- FIGUEIREDO, Regina Érika Domingos de. (2009), *Histórias de uma Antropologia da “Boa Vizinhança”: um Estudo sobre o Papel dos Antropólogos nos Programas Interamericanos de Assistência Técnica e Saúde no Brasil e no México (1942-1960)*. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Campinas, SP, Unicamp.
- FLECK, Ludwik. (2010). *A gênese e o desenvolvimento do fato científico*. Belo Horizonte: Ed. Fabrefactum.
- HEILBRON, J.; GUILHOT, N.; JEANPIERRE, L. (2008), “Toward a transnational history of the Social Sciences”. *Journal of The History of the Behavioral Sciences*, v. 44, n.2, pp.146-160.
- LATOUR, Bruno. (2008). “Postface”. In: FLECK, Ludwik. *Genèse et développement d’un fait scientifique*. Paris: Flammarion, pp.251-260.
- LIMA, Nísia Trindade. (1999), *Um sertão chamado Brasil: Intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Tese de Doutorado. IUPERJ. Rio de Janeiro.
- LOREK, Timothy W. (2013), “Imagining the Midwest in Latin America: US Advisors and the envisioning of an agricultural middle class in Colombia’s Cauca Valley, 1943 – 1946”. *The Historian*, v. 5, n.2, pp. 283 – 305.
- MAIO, Marcos Chor; LIMA, Nísia Trindade. (2009), “Tradutores, intérpretes ou promotores de mudança? Cientistas Sociais, educação sanitária rural e resistências culturais (1940-60) ”. *Sociedade e Estado*, vol. 24, n.2.

MAIO, Marcos Chor; LOPES, Thiago da Costa. (2012), “Da Escola de Chicago ao Nacional-desenvolvimentismo: Saúde e Nação no pensamento de Alberto Guerreiro Ramos”. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 14, no 30, maio/ago., pp. 290 – 329.

OLIVEIRA VIANNA, Francisco José de. (1938 [1920]), *Populações meridionais do Brasil*. São Paulo: Companhia Nacional.

PEIXOTO, Fernanda Arêas. (2001 [1989]), “Franceses e norte-americanos nas Ciências Sociais Brasileiras, 1930-1960”, in: MICELI S. (org.), *História das Ciências Sociais no Brasil*, v.1, 2 ed., São Paulo, Sumaré/ Fapesp.

RIOS, José Arthur. (1947), “A Expansão da Sociologia Rural no Brasil”. Entrevista para *A Noite*. Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1947, p.1 e 8.

\_\_\_\_\_. (1948a), “A distribuição de terra e a reforma agrária I”. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 7 de fevereiro de 1948, p.2.

\_\_\_\_\_. (1948b), “A distribuição de terra e a reforma agrária II”. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 8 de fevereiro de 1948, p.2.

\_\_\_\_\_. (1950a), “Classe e família no Brasil”. *Digesto Econômico*, n. 66, 1950.

\_\_\_\_\_. (1950b), “A Reforma Agrária no Brasil”. Conferência do Sr. José Arthur Rios – Justiça Social e Planejamento – Diretrizes a seguir. *Tribuna da Imprensa*, terça-feira, 8 de agosto de 1950, p. 3 e 6.

\_\_\_\_\_. (1951), “Relatório do coordenador da CNER, professor José Arthur Rios”. *Revista da CNER*. Ministério da Educação e Cultura, ano 7, n. 9, 1959-1960, pp.16-17.

\_\_\_\_\_. (1953a), “A saúde como valor social”. *Boletim do Sesp*, n. 33, p. 2-3, abril.

\_\_\_\_\_. (1953b), “Informar e convencer”. *Boletim do Sesp*, n. 35, p. 5-6, junho.

\_\_\_\_\_. (1953c), “Ciências sociais e saúde pública”. *Boletim do Sesp*, n. 38, p. 2-3, setembro.

\_\_\_\_\_. (1954), *A Educação dos grupos*. Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Educação Sanitária e Serviço Especial de Saúde Pública do Ministério da Saúde. 312p.

\_\_\_\_\_. (1959). “Reforma agrária: experiência revolucionária, e não uma medida petebista”. Entrevista a César Guimarães. *Metropolitano*. Domingo, 17 de maio de 1959, p.3.

\_\_\_\_\_. (2000), *Resumo de vida*. Rio de Janeiro, março de 2000, mimeo. 31p.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. (1978). “A Práxis Liberal no Brasil: propostas para reflexão e pesquisa”. In: *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo: Duas Cidades, pp. 65-118.

SMITH, T. Lynn. (1934), “An Analysis of Rural Social Organization among the French-Speaking People of Southern Louisiana”. *Journal of Farm Economics*, Vol. 16, No. 4 (Oct., 1934), pp. 680-688.

\_\_\_\_\_. (1935), “The Social Effects of Land Division in Relationship to a Program of Land Utilization”. *Journal of Farm Economics*, Vol. 17, No. 4 (Nov., 1935), pp. 702-709.

- \_\_\_\_\_. (1937), "Tenure Problems and Research Needs in the South: Discussion". *Journal of Farm Economics*, Vol. 19, No. 1, Proceedings Number (Feb., 1937), pp. 143-147.
- \_\_\_\_\_. (1940), "Trends in Community Organization and Life". *American Sociological Review*, Vol. 5, No. 3 (Jun., 1940), pp. 325-334.
- \_\_\_\_\_. (1944), "The Locality Group Structure of Brazil". *American Sociological Review*, Vol. 9, No. 1 (Feb., 1944), pp. 41-49.
- \_\_\_\_\_. (1946), *Brazil: People and Institutions*. Baton Rouge: Louisiana State University Press. 843p.
- \_\_\_\_\_. (1947), "Sistemas agrícolas. Rio de Janeiro". *Revista Brasileira de Geografia*, abril-junho, pp. 159–183.
- \_\_\_\_\_. (1963), "Memorándum: la reforma agraria en Brasil, alguns propósitos y notas breves". In: *Sociologia Rural*. Maracaibo. Universidad del Zulia. Facultad de Agronomía, pp. 123-132.
- VIANNA, Luiz Werneck. (2004 [1997]). "Americanistas e iberistas: a polêmica de Oliveira Vianna com Tavares Bastos". In: *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 2ª Edição, pp. 151-194.
- VILLAS BÔAS, Gláucia. (2004), "Evaristo de Moraes Filho e a maioria dos trabalhadores brasileiros". *RBCS – Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 19, n. 55, pp. 19 – 33.